	<b>Ata de Reunião</b>	
	<b>Assunto: NUGEDM</b>	<b>Data: 02/09/20</b>
	<b>Redator: Marcela Gonzaga</b>	<b>Local: Sala Virtual da AEPII</b>
		<b>Hora Início/Fim: 16:00 às 18:55</b>

### **Integrantes:**

Desembargadora Pilar Célia Tobio de Claro, como Presidente;
Juíza de Direito Ana Conceição Barbuda Sanches Guimarães Ferreira, como Coordenadora;
Juiz de Direito Fábio Alexsandro Costa Bastos, Assessor Especial da Presidência II – Assuntos Institucionais;
Juíza de Direito Marta Moreira Santana, Assessora da Corregedoria Geral de Justiça;
Juiz de Direito Jonny Maikel, Assessor da Corregedoria das Comarcas do Interior;
Juiz de Direito Maurício Lima de Oliveira, para a área de Conflitos Cíveis e Consumeristas;
Juíza de Direito Amanda Palitot Villar de Mello Jacobina, para a área de Conflitos Tributários;
Rafaelle Barbosa de Freitas, assessora da área de conflitos tributários
Marcela Valverde Gonzaga, assessora da AEPII
Marcela Nunes Rangel da Silva, como auxiliar da demanda administrativa;
Servidora Liz, assessora da SEJUD (representando Bianka Henkes, Secretária Judiciária)
Alan Souza de Araújo, assessor da área de juizados especiais

### **DESENVOLVIMENTO DA PAUTA**

Aos 02 dias do mês de setembro do corrente ano, compareceram à sala de reuniões virtual da AEPII, às 16:00 horas, os membros do Núcleo de Gestão e Enfrentamento das Demandas de Massa - NUGEDM, instituído por meio do Decreto Judiciário nº 795, de 09 de setembro 2016, conforme registro fotográfico, que segue anexo, para discussão dos pontos da pauta a seguir subdelineados.

Iniciada a reunião, a Desembargadora Pilar Tobio Claro abriu os trabalhos do Núcleo, agradeceu a presença de todos e franqueou a palavra aos demais componentes.


Marcela Gonzaga apresentou a ata de reunião do dia 19 de agosto, onde ficou sedimentada a pauta da presente reunião. Definiu-se a discussão dos seguintes itens: 1. Apresentação, pela DPG, do Projeto Selo Amigo da Justiça; 2. Discussão das demandas em massa nas Varas de Fazenda Pública da Comarca de Salvador; 3. BI.

#### **1. Apresentação do Projeto Selo Amigo da Justiça:**

Dada a palavra para a assessora da DPG, Marcela Rangel, esta procedeu com a exibição do Projeto Empresa de Bem com a Justiça, informando que este foi apresentado pelo NUGEDM à Presidência, e por essa aprovado, no ano de 2019. Pontuou a imperiosidade de que o projeto seja apresentado à nova gestão, instando-se o envolvimento da SEPLAN, após a aprovação dos componentes do grupo, com o objetivo de que seja atualizado, em conformidade com o entendimento da gestão atual.

Em sequência, Marcela Rangel informou que o projeto tem como referência o Programa Empresa Amiga da Justiça, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com funcionamento desde o ano de 2017. Salientou que o presente projeto tem o intuito de incentivar empresas e grupos empresariais, que constem como grandes litigantes no PJBA, a adotar medidas que visem a redução do quantitativo das ações judiciais, em que figurem como partes, diminuindo, por conseguinte, as demandas repetitivas.

Com a palavra, a Desembargadora Pilar sugeriu o envio de e-mail para todos os novos participantes do grupo, com o objetivo de dar-lhes conhecimento sobre o Projeto Selo Amigo da Justiça, em que é possível se verificar o quantitativo de ações de determinados litigantes, e a eventual redução desse número.

	<b>Ata de Reunião</b>	
	<b>Assunto: NUGEDEM</b>	<b>Data: 02/09/20</b>
	<b>Redator: Marcela Gonzaga</b>	<b>Local: Sala Virtual da AEPII</b>
		<b>Hora Início/Fim: 16:00 às 18:55</b>

A Desembargadora asseverou que existem demandas em que, tendo em vista a jurisprudência consolidada e a efetiva relação de consumo, já é sedimentado o julgamento de procedência ou improcedência. Complementou que o objetivo do projeto é dar subsídios aos litigantes para diminuir o quantitativo de ações protocoladas, buscando a resolução dos conflitos pela via administrativa, e, assim, evitando que se chegue ao judiciário.

Noticiou que no Tribunal de Justiça de São Paulo as empresas que aderem ao programa automaticamente recebem a certificação denominada “Empresa Amiga da Justiça” ou “Parceiro Institucional do Programa Empresa Amiga da Justiça”, na forma de um selo estilizado, emitido e enviado eletronicamente pelo Tribunal, e que pode ser utilizado em campanhas institucionais.

Com a palavra, a Dra. Amanda Palliot discorreu sobre o projeto, informando como ele é aplicado no âmbito de outros Tribunais Estaduais. Pontuou que as empresas que conseguem atingir uma meta, comprovando uma redução no quantitativo de ações, utilizam o selo e estimulam outras empresas a também se preocuparem com a questão da grande judicialização de demandas.


A assessora da DPG, Marcela, apresentou o modo de operação proposto no bojo do projeto, que objetiva firmar parcerias com grandes litigantes, a partir de resolução de conflitos de forma administrativa e pré-processual. Salientou que o NUPEMEC – Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Soluções de Conflitos, deve ser um órgão partícipe do programa, informando que o quantitativo de audiências de conciliação de que participam essas empresas também é levada em conta para o recebimento do selo, sendo imprescindível, assim, o apoio do NUPEMEC.

Prosseguindo-se com a leitura do projeto, demonstrou-se que trata-se de uma política judiciária que tem a intenção de enfrentar o conjunto da excessiva litigiosidade entre empresas e clientes, mediante o comprometimento dessas empresas na adoção de medidas preventivas e métodos alternativos de resoluções de conflitos, informando que o compromisso é firmado mediante assinatura de um Termo de Adesão com o TJBA, no qual a empresa recebe o selo de certificação “Empresa de Bem com a Justiça” pelo prazo (prorrogável) de 1 (um) ano.

Por meio da apresentação, Marcela noticiou que a empresa que aderir ao projeto deverá, obrigatoriamente, atender aos termos do programa, que, de modo geral, visam reduzir o percentual de processos distribuídos; percentual este que será fixado, em comum acordo com o TJBA, baseando-se na média trimestral dos últimos três anos, constante de relatório resumido dos sistemas processuais, emitido pelo Tribunal.

Foi pontuado que para atingir a meta definida, a empresa pode valer-se de ações como: implantação de políticas de melhoria de comunicação com os clientes, atendimento preventivo de conflitos e acordos processuais; ações essas que poderão ser demonstradas em Relatório Semestral, a ser enviado ao TJBA.

Em seguida, a Assessora da DPG apresentou o modelo de funcionamento do projeto, ressaltando que a adesão das empresas interessadas à certificação deverá ser instituída e regulamentada por ato normativo do TJBA, adesão esta que poderá ser impulsionada pelo contato do setor responsável com o grande litigante, ou por iniciativa da própria empresa.

	<b>Ata de Reunião</b>		
	<b>Assunto: NUGEDEM</b>		<b>Data: 02/09/20</b>
	<b>Redator: Marcela Gonzaga</b>	<b>Local: Sala Virtual da AEPII</b>	<b>Hora Início/Fim: 16:00 às 18:55</b>

Em seguida, foi salientado que o projeto está inserido no Plano de Alinhamento do TJBA, no intuito de contribuir para a celeridade na prestação jurisdicional, na gestão das demandas repetitivas, e na gestão das soluções alternativas de solução de conflitos, discorrendo-se sobre o seu orçamento.

Por fim, informou-se que existe uma minuta de regulamentação do projeto e que há necessidade da criação do corpo técnico que irá atuar no projeto e criação de comitê gestor, que será auxiliado pelo NUGEDEM e os outros setores envolvidos, dentre os quais destacou: NUGEDEM, NUPEMEC, DPG e AEP II – Assessoria Especial da Presidência.

Com a palavra, a Desembargadora Pilar agradeceu a apresentação e ratificou a solicitação de encaminhamento do projeto ao e-mail institucional dos membros deste Núcleo, para fins de opinativo e sugestões. Solicitou, ainda, que seja elaborado ofício ao Juiz Coordenador do NUPEMEC, Dr. Moacir Reis Fernandes Filho, a fim de convidá-lo a compor este Núcleo.

## **2. Discussão das demandas em massa nas Varas da Fazenda Pública:**

Dada a palavra a Rafaela, assessora da área de conflitos tributários, a mesma introduziu o ponto 2 da pauta da presente reunião, ressaltando que em São Paulo o projeto “Selo Amigo do Judiciário” também foi implantado com relação aos municípios, sugerindo que o TJBA, também implemente o programa na seara tributária.

Dito isso, Dra. Marta cumprimentou todos os membros presentes e pontou o interesse das Corregedorias em abranger e estudar a implementação de medidas em todas as Varas de Fazenda Pública do Poder Judiciário, noticiando ser de interesse geral o desenvolvimento do projeto, pela extensão do Estado.


Dra. Marta prosseguiu, registrando apoio à sugestão de Rafaela, de que os municípios sejam instados a aderir ao programa e, por conseguinte, também receber o Selo Amigo da Justiça. Nesse sentido, pontuou o fato de que em relação aos municípios que estejam em débito com a Fazenda Pública, seria desejável que fosse realizada uma conciliação pré-processual, dando possibilidade de cobrança extrajudicial; passando-se, posteriormente, ao protesto da dívida, com envio ao CADIM e, somente após aos procedimentos extrajudiciais, restando exauridas as vias administrativas, seria encaminhada a situação ao judiciário.

Complementou que o primeiro passo, para o prosseguimento do projeto, seria o envio de ofício ao NUPEMEC, buscando-se identificar a melhor forma de apoiar o Núcleo.

Feitas essas considerações, Dra. Marta abordou a chegada da Inteligência Artificial no Poder Judiciário, destacando as ações que estão tramitando no LabJus, Laboratório da Secretária de Tecnologia.

Com a palavra, a Desembargadora Pilar concordou com os posicionamentos expostos, ressaltando a importância da digitalização dos processos, utilizando-se a inteligência artificial, salientando que isso trará uma contribuição e condição para o funcionamento do projeto do Selo Amigo.

Com a palavra, Dra. Amanda ressaltou que ao se pensar em Fazenda Pública, é imperioso se considerar

	<b>Ata de Reunião</b>		
	<b>Assunto: NUGEDM</b>		<b>Data: 02/09/20</b>
	<b>Redator: Marcela Gonzaga</b>	<b>Local: Sala Virtual da AEPII</b>	<b>Hora Início/Fim: 16:00 às 18:55</b>

toda a extensão do PJBA. Pontuou ser interessante destacar comarcas em que há maior demanda, para se considerar a implantação de um plano piloto. De igual modo, o projeto de integração dos Cartórios das Varas de Fazenda Pública da Comarca de Salvador.

Informou a existência de atuação da Inteligência Artificial nos pleitos de extinção de pagamento, extinção por cancelamento de débito e pedidos de suspensão de cancelamento de débito, nos quais a sentença é proferida automaticamente.

Dra. Ana cumprimentou a todos e destacou a existência e peculiaridades do projeto Selo Amigo em outros Tribunais Estaduais, ressaltando as diferentes realidades.

Fora reforçado por Dr. Fábio que uma maneira eficaz de melhorar a prestação jurisdicional nas Varas de Fazenda Pública, seria a criação de CEJUSCS nas Varas de Fazenda Pública, com toda a estrutura e conciliadores, apoiado pelo NUPEMEC.

Noticiou a existência de ante-projeto de resolução, em tramitação na presidência, que tem o objetivo de transformar 17 Varas de Substituições em Varas de Fazenda Pública, Relações de Consumo e Cíveis. Demais disso, cientificou que o Tribunal está elaborando o projeto de implementação dos Cartórios Integrados, abrangendo, também, as Varas da Fazendas Públicas.

Com isso, Dr. Fábio sintetizou que, a partir das medidas estudadas pela atual gestão, com o apoio da DPG e das Corregedorias, o TJBA promoverá melhoria na qualidade da prestação jurisdicional.

Dra. Amanda ressaltou a existência de CEJUSC Tributário, salientando a necessidade de equipá-lo. Pontou sobre o desenvolvimento dos trabalhos da Inteligência Artificial, destacando a atuação do Labjus nas questões do Bacenjud.


Dr. Fábio destacou a importância do cumprimento das determinações proferidas pelo CNJ no Relatório de Inspeção de 2018, em relação à designação dos conciliadores aos Cejuscs.

Com a palavra, Dra. Ana reiterou que a criação de Cejuscs, na área tributária, necessitará de uma parceria grande com o poder público, devendo-se promover treinamento específico para os conciliadores.

Pedindo a palavra, Dr. Fábio reiterou a importância do coordenador do NUGEDM, Dr. Moacir, integrar o presente grupo.

A Desembargadora Pilar pontuou sobre a grande contribuição que a presença de Dr. Moacir irá trazer às reuniões.

Com a palavra, Dr. Jonny Maikel, cumprimentou a todos os colegas e, em seguida, trouxe a sua experiência no tema. Pontuou que o TJSP instituiu, no ano de 2020, o programa para os municípios, explanando sobre o bom funcionamento dos Cejuscs, nestes casos. Asseverou que o projeto atual em fases pré-processuais e processuais. Ressaltou a possibilidade de instauração de posto de atendimento para realização de pagamentos. Destacou que foram determinados critérios objetivos para se obter o “Selo Amigo da Justiça”,

	<b>Ata de Reunião</b>		
	<b>Assunto: NUGEDEM</b>		<b>Data: 02/09/20</b>
	<b>Redator: Marcela Gonzaga</b>	<b>Local: Sala Virtual da AEPII</b>	<b>Hora Início/Fim: 16:00 às 18:55</b>

informando que o município que se comprometer a instalar o Cejusc com estrutura e treinamento específico para os conciliadores, já seria apto a receber tal reconhecimento. Informou que esse trabalho é feito pelo NUPEMEC com a ajuda das Corregedorias.

Dr. Jonny Maikel também reiterou a importância do engajamento do coordenador do NUPEMEC, Dr. Moacir, do envolvimento da Diretoria de Primeiro Grau e da presença dos juizes, destacando que, quanto mais participantes no desenvolvimento projeto, maior será sua efetividade.

### **3. BI:**

Com a palavra, a Desembargadora Pilar pontou sobre a importância do Projeto BI, tendo em vista ser um projeto que cruza informações judiciais e administrativas para melhor gerir e tomar decisões, razão pela qual o BI será de grande utilidade no combate às ações protocoladas com índices fraudulentos, mediante o cruzamento de dados similares. Em seguida, a Desembargadora Pilar reiterou a importância do TJBA desenvolver um plano de ação para reconhecimento destas ações.

Por conseguinte, Dr. Jonny Maikel noticiou sobre a facilidade do BI na identificação dessas operações e a importância do trabalho de um núcleo específico nesses casos.

Feitas as considerações finais, Marcela, assessora da DPG, justificou a ausência da Diretora de Primeiro Grau, Thais Fellipi, que encontrava-se em reunião com o CNJ. Da mesma forma, a assessora da SEJUD, Liz, justificou a ausência da Secretária Judiciária, Bianca Henkes, que fora convocada pela Presidência para participar de uma visita institucional.

Definiu-se que a próxima reunião será realizada no dia 23 de setembro do ano corrente, às 16 horas.

Nada mais havendo a registrar, foi dada por encerrada a reunião, determinando-se que fosse lavrada a ata, devendo esta ser encaminhada, por e-mail, a todos os integrantes.

Assim sendo, eu, Marcela Gonzaga, lavrei a presente ata.